

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BRENNO HUDSON ARAUJO DE OLIVEIRA

**A RELEVÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NO MERCADO DE
CAPITAIS EM UMA CORRETORA DE INVESTIMENTOS EM SÃO PAULO**

MANAUS-AM

2019

BRENNO HUDSON ARAUJO DE OLIVEIRA

**A RELEVÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NO MERCADO DE
CAPITAIS EM UMA CORRETORA DE INVESTIMENTOS EM SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Ciências Contábeis da Universidade
do Estado do Amazonas - UEA como requisito
para a obtenção do título de Graduação.

Orientador: Prof Msc William Scoralick

MANAUS-AM

2019

A RELEVÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NO MERCADO DE CAPITAIS EM UMA CORRETORA DE INVESTIMENTOS EM SÃO PAULO

Brenno Hudson Araujo de Oliveira ¹
William Scoralick ²

Resumo: Definir o futuro é uma tarefa impossível. Todavia, pode-se entender indícios que sugerem os rumos de uma profissão. Pois, todas as atividades no futuro sofrerão o impacto de se renovarem, com a contabilidade não será diferente. Restringindo-me ao mercado de capitais, área onde o conhecimento de contabilidade é fundamental, pode se afirmar que o caso é bem mais delicado, onde atualmente o ofício já carece de modernização. Neste sentido, o conteúdo histórico da bolsa de valores foi explorado, acompanhando sua evolução até os dias atuais, culminando com a pesquisa aplicada a um diretor de uma corretora de investimentos, que explanou qual o perfil dos analistas de sua companhia, assim como qual a importância da análise fundamentalista no processo que leva a indicação de um investimento de longo prazo. Ao final, ele discorre de uma maneira muito elucidativa o que ele espera deste mercado no futuro, especialmente para os contadores, que estão sofrendo um intenso (e benéfico) processo de renovação.

Palavras-chave: Contabilidade; Bolsa de valores; Relatórios Contábeis; Corretora.

INTRODUÇÃO

Investidores do mundo inteiro buscam a cada dia uma forma mais eficiente de gerir seus negócios, neste sentido a contabilidade mostra-se uma ferramenta imprescindível para escolha dos melhores investimentos. Em um contexto de especulação, deve se considerar qual será o impacto da tecnologia na contabilidade, esquadrinhando como estas ferramentas serão uteis ao profissional da área. Atualmente a contabilidade possui grande relevância no cenário do mercado financeiro, espera-se que a continuidade de sua relevância se perpetue para que ao acompanhar a tecnologia e seu progresso ela possa ser utilizada por investidores.

Em um mercado dinâmico e sempre volátil, a contabilidade deve estar à frente para assegurar o melhor diagnóstico de uma empresa. Neste sentido, como as informações contábeis devem se manter relevantes em um mundo cada vez mais rápido e conectado? O presente artigo deve explicar a importância e qual a direção que a contabilidade como

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas-AM, (brennohudson@hotmail.com).

² Professor Orientador: Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, wm.scoralick@hotmail.com

ferramenta de investimentos deve seguir para continuar sendo relevante para investidores da bolsa de valores dentro de um cenário inovador a luz de novas tecnologias. Deve-se, então, definir a importância da contabilidade para o atual mercado de capitais, e projetá-la para as futuras competências que o contador deve possuir para orientar investidores, que assim como a tecnologia, deverão evoluir com ela, aumentando o nível de exigência e rapidez do processodecisório.

Com este artigo deve-se compreender a relevância da contabilidade para o mercado de capitais com a intenção de projetar sua continuidade no mercado financeiro.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 MERCADO DE CAPITAIS

O mercado de capitais é definido segundo Pinheiro (2009, p.174) como:

um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores. Ou seja, o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas.

Portanto, entende-se que existe um pacto entre a sociedade anônima e investidores, onde o autor chama de agentes vendedores e compradores.

Desta forma, o Mercado de Capitais tem por objetivo o direcionamento de capital e poupança da sociedade para as empresas, criando um círculo virtuoso, pois estes investimentos geram crescimento econômico, gerando por consequência o aumento da renda, e por este motivo os países mais desenvolvidos possuem mercados de capitais mais dinâmicos, mais diversificados e fortalecidos.

O Mercado de Capitais, também chamado de Mercado de Ações, é segmentado de duas formas, sendo que, conforme FORTUNA (1997, P. 307) o Mercado Primário é aquele em que a própria empresa emite ações ou debêntures, que são ofertadas através de um banco, assim, a empresa terá seu capital aberto através da emissão desses títulos e desta forma obtém recursos para seus empreendimentos, ou seja, conforme Pinheiro (2009, p.175) “o mercado primário de ações é onde se negocia a subscrição (venda) de novas ações ao público”.

Já o Mercado Secundário é aquele em que se transferem os títulos entre os investidores e/ou instituições, ou seja, representa a transação entre compradores e vendedores de ações, não ocorrendo desta forma em alterações financeiras na empresa que emitiu o título no mercado primário (FORTUNA, 1997, p. 307) e conforme Pinheiro (2009, p. 175) “o

mercado secundário tem a função de dar liquidez ao investidor, possibilitando que, no momento em que realizar uma operação de venda, exista o comprador e vice-versa, o que viabilizará o crescimento do mercado primário.”

1.2 BOLHAS ESPECULATIVAS

Este fenômeno comercial teve seu início na Holanda do século XVI, onde a primeira bolha especulativa ocorreu. As tulipas holandesas são famosas por sua beleza e valor, e naquela ocasião sua popularidade era muito alta e seu valor subia constantemente, levando a se tornar um grande atrativo para investidores. Entende-se que neste momento ocorreu o surgimento da especulação, onde existia a expectativa de um bulbo ser raro antes mesmo de nascer e seu valor especulativo disparava, existindo muitas pessoas que o tiveram lucro enquanto outras perderam tudo que tinham.

A bolha de South Sea é o nome dado ao fervoroso entusiástico especulativo momento que aconteceu em meados dos anos 1700 e terminou com o primeiro crash no mercado financeiro na Inglaterra. Esta é uma história que envolve histeria da massa, corrupção política, e agitação pública. O “bubbleyear” ou ano de bolhas, foi assim chamado pelo fato de ter acontecido outras bolhas naquele mesmo ano, como por exemplo, a bolha de Mississippi. (SORNETTE, 2003). A Companhia de South Sea foi originada em 1711 e foi ostensivamente formada para explorar um monopólio de comércio na América do Sul, na Costa Oeste da América do Norte e outros pontos do oeste. Mas na verdade era uma privatização designada para financiar débitos da Inglaterra em um tempo em que havia gastos pesados do governo e já existiam altos impostos. Detentores de títulos do governo britânico foram forçados a trocar seus títulos de baixo risco por ações na nova companhia, na qual foi promovida através dos contos sobre as minas de ouro e prata na América do Sul. (VOGEL, 2010).

1.3 AÇÕES E DEBENTURES

As ações têm sua origem registrada em 1553 na Inglaterra, e objetivavam financiar uma companhia, que mais tarde veio a se chamar Muscovy Company, que necessitava captar recursos para enviar navios mercantes, fato que se deu com a união de diversos comerciantes onde cada um subscreveu uma parte da quantia necessária, suportando parte do risco com esta comercialização e auferindo direito a uma quota-parte do lucro da operação. A partir do sucesso desta operação, começou a surgir várias outras operações semelhantes a esta (PINHEIRO, 2009, p. 198). Definido por Fortuna (1997, p. 307):

Ações são títulos representativos do capital social de uma companhia que, no caso, é dita aberta por ter seus títulos negociados em bolsa de valores e, portanto, sujeita a uma série de exigências quanto ao fornecimento de informações junto ao público.

Pode-se então concluir que as ações são títulos de propriedade de uma parte do capital social da empresa que as emitiu, considerando-se então sócio da empresa emissora aquele que possui ações desta, investimento que possibilita ao possuidor desta diversos direitos e obrigações, sendo esta última unicamente o fato de que, desde que tenha subscrito ações de um aumento de capital, é obrigado a integralizar, ou seja, pagar o valor das ações que subscreveu (PINHEIRO. 2009, p. 199).

No entanto, a posse de ações confere ao possuidor o direito na companhia de participar nos lucros (através do recebimento de dividendos); direito à fiscalização e às informações da companhia, onde a lei assegura aos acionistas acesso a todas as informações que se referem à empresa e que possam afetar os seus interesses como sócio; direito de preferência de subscrição de ações em aumento de capital, conferindo ao acionista prioridade de adquirir pelo preço de emissão uma parcela das novas ações, garantindo a possibilidade de manter a mesma participação no capital total, podendo ainda significar ganho adicional de acordo com a condições de lançamento das ações (PINHEIRO, 2009, p. 198-202).

As ações subdividem-se em ações ordinárias, cuja principal característica é o direito ao voto, que possibilita ao acionista detentor desta ação o direito legal de controle da organização e que, conforme Pinheiro (2009, p. 203), pode eleger a junta de dirigentes, autorizar a fusão com outra companhia, autorizar a venda do ativo fixo ou imobilizado, além de mudar a quantia das ações ordinárias e autorizar a emissão de ações, debêntures, e outros tipos de títulos e, preferenciais, das quais a principal característica é a prioridade no recebimento de dividendos.

Quanto às debêntures, pode-se dizer que estas “são valores mobiliários representativos de dívida de médio e longo prazos que asseguram a seus detentores (debenturistas) direito de crédito contra a companhia emissora” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS, 2008).

Em outras palavras, as debêntures são títulos emitidos por sociedade anônima (já autorizada pela CVM) e tem por objetivo captar recursos para financiamento de projetos de investimentos, caracterizando-se assim como título de valor mobiliário tendo sua remuneração baseada em taxas de renda fixa (PINHEIRO, 2009, p.212). Ainda conforme Pinheiro (2009, p. 213), as debêntures

Asseguram aos seus titulares um direito de crédito contra a companhia nas condições constantes da escritura de emissões e do certificado, havendo preferência quanto ao recebimento do capital aplicado. Prestam-se ao carregamento de recursos para o financiamento de capital fixo e de giro das empresas. As debêntures podem ser emitidas por sociedades por ações (sociedades anônimas ou em comandita por ações), de capital aberto ou fechado.

Baseado em Castro (1979, p. 114), as debêntures podem ser consideradas como um tipo intermediário do valor mobiliário, em outras palavras, seria um título de renda fixa, contudo, até que exerça a opção de conversão para ação, o portador é beneficiário de um título que lhe proporciona renda fixa, permitindo-se ainda a conversibilidade em ações. Após feita esta opção, a debênture conversível deixa de existir.

De acordo com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA, 2008), o prazo para resgate de uma debênture deve estar definido na escritura da emissão, sendo permitido ainda para a companhia emitir títulos deste tipo sem vencimento, sendo chamadas neste último caso de debêntures perpétuas.

Por fim, cabe mencionar que o principal normativo referente à emissões de debêntures é a Lei nº 6.404/76, modificada pelas Leis nº 9.457 e 10.303/01, além de normativos do Banco Central e instruções da CVM que complementam essa regulamentação, destacando a Instrução CVM nº 400/03, que dispõe sobre as regras de registro das ofertas públicas de distribuição primária e secundária de valores mobiliários (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS, 2008).

1.4 INDÍCIOS DE AÇÕES

Os índices de Ações possibilitam uma visão de todo o mercado, uma vez que nestes índices estão incorporados as principais ações e setores de uma economia. Desta forma, os índices são tidos como um valioso instrumento para avaliação comparada de performance e desempenho para gestores e investidores do mercado de capitais.

Para Pinheiro (2009, p. 254), os índices de ações são números temporais e na maioria dos casos ponderados. Podem ser considerados como indicador de variação de preços ou cotações de mercados utilizados para acompanhamento do comportamento das principais ações negociadas numa bolsa de valores, uma vez que é representativa de todo o mercado em um momento específico.

Para Rudge e Cavalcante (1998, p. 160), os objetivos principais dos índices de ações é que estes são indicadores de variações de preço de mercado. Servem também de parâmetros para avaliação de performance de portfólios e carteiras, além de serem instrumentos de negociação no mercado futuro. Porém, cabe ressaltar que para um índice

possa efetivamente ser utilizado como instrumento de avaliação de desempenho de mercados e bolsas, este deve ser composto por uma carteira de ações, que representem de forma mais eficiente o comportamento do mercado.

Conforme relata Pinheiro (2009, p. 254), a comparação dos índices apurados de forma sucessiva, permite

saber se o mercado se encontra em alta, estável ou em baixa, o que orienta os investidores em suas aplicações no futuro próximo. O acompanhamento do índice é feito em geral por meio de um gráfico simples que registra sua evolução no tempo: um ano, um mês, uma semana ou até mesmo ao longo de um dia.

De acordo com os critérios observados para a elaboração dos índices, pode-se classificá-los de duas formas, das quais em função do tempo, denominando-se curtos quando a duração do índice é o ano calendário, utilizando-se como base seu valor em 31 de dezembro do ano anterior, ou índices longos, cuja base é fixa em momento no tempo, permitindo refletir as variações das cotações ou rentabilidade acumulada em um período maior. A outra forma de classificação dos índices é quanto a função do objeto de ponderação, das quais os índices de preços que medem a variação nos preços das ações sem considerar outros rendimentos, e ainda os índices de rendimento que medem a variação de preços considerando os dividendos distribuídos e outros proventos (PINHEIRO. 2009, p. 255).

De acordo com Rudge e Cavalcante (1998, p. 160), os índices brasileiros mais utilizados são o índice Bovespa, que representa o valor atual em moeda nacional de uma carteira teórica de ações e calculado em tempo real durante os dias de pregão. O IBV, que é um índice de lucratividade calculado multiplicando o preço da ação pela quantidade de ações em circulação no mercado, cuja carteira é composta pelas ações de maior liquidez e dependem do valor de mercado de cada empresa. O ISENN, índice de lucratividade do sistema SENN e composto das 50 ações mais negociadas no Sistema, ponderado pelo volume (preço multiplicado por quantidade negociada) e por fim, o Índice Brasileiro de Ações (IBA), gerado e divulgado pela Comissão Nacional de Bolsa de Valores (CNBV), que permite oferecer maior representatividade do comportamento global do mercado de capitais, uma vez que representa uma carteira diversificada de ações cujas características permitem sua utilização no mercado futuro.

1.5 ANÁLISE DE BALANÇO PATRIMONIAL

A análise de balanço é uma atividade muito complexa, tendo diversos desdobramentos como a análise dos índices de liquidez, análises verticais e horizontais, dentre outros e tem por objetivo, segundo o PORTAL COSIF ELETRÔNICO (2012),

oferecer um diagnóstico sobre a situação econômico-financeira da organização, utilizando-se dos relatórios gerados pela contabilidade financeira (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, etc.) e de outras informações necessárias à análise, relacionando-se prioritariamente a utilização por parte de terceiros.

É notório que a análise deve ser baseada em uma série de variáveis, não se limitando somente à situação atual, mas também tirando lições do comportamento anterior e tentando chegar a um consenso quanto ao desempenho futuro da empresa. Desta forma, a análise se baseará em dados passados, presentes e futuros, com o objetivo de determinar quais as perspectivas da empresa.

Para que a análise possa espelhar a realidade econômico-financeira de uma empresa, é necessário inicialmente que o contador – cabe aqui mencionar que este é o único profissional habilitado para efetuar o levantamento e a análise de balanços – tenha certeza de que as demonstrações contábeis apresentadas retratem de forma fiel a situação líquida e patrimonial da entidade analisada (PORTAL COSIF ELETRÔNICO. 2012), deixando claro que a análise de balanços é uma das principais ferramentas para auxiliar na tomada de decisões, sejam elas sobre a administração da entidade em questão, ou seja, esta decisão sobre investir ou não em determinada entidade.

De acordo com o PORTAL COSIF ELETRÔNICO (2012), a análise de balanço divide-se em Análise Contábil, que tem por objetivo a análise de relatórios e demonstrações com a finalidade de fornecer informações que permitam aos administradores, acionistas, e todos aqueles interessados em conhecer a situação da empresa a tomarem decisões e, a análise financeira, efetuada através de indicadores para análise global a curto, médio e longo prazos da velocidade do giro dos recursos; de alavancagem financeira, utilizada para medir o grau de utilização do capital de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno de capital próprio; a análise econômica, que mensura a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.

Assim, a análise das Demonstrações Contábeis deve abranger a avaliação de Ativos (Circulante, Não Circulante e Imobilizado) e Passivos (Circulante, Não Circulante) utilizando-se os princípios e demais regras constantes das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), da Lei das S.A e do Regulamento do Imposto de Renda e análise das receitas e das despesas, com avaliação de riscos e de capital mínimo, incluindo limites de endividamento, de imobilização e de determinados tipos de operações (PORTAL COSIF ELETRÔNICO, 2012).

Associado a isso, têm-se outras técnicas de análises (vertical e horizontal), que segundo Tobias (2012, p. 3) “presta-se fundamentalmente ao estudo de tendências.”. Ainda,

conforme Tobias (2012, p. 3) a análise vertical é calculada a partir dos valores constantes nas demonstrações financeiras, calculando-se o percentual de cada conta em relação ao um valor base, geralmente este o total do ativo, passivo e da receita líquida, indicando a relevância de cada conta dentro da demonstração, permitindo destacar os itens fora das proporções atuais em relação aos padrões existentes com outras empresas do mesmo segmento de atuação e até mesmo com as demais contas da própria empresa, mostrando, por exemplo

qual a composição dos recursos tomados pela empresa, qual a participação de capital próprio e de terceiros, qual a distribuição destes a curto e longo prazos, qual a proporção dos recursos totais que está alocado ao ativo circulante, ao ativo permanente, etc. A comparação com seus correspondentes do ramo de atividades da empresa permite verificar a tipicidade dessas alocações. (Tobias, 2012 p. 3)

Já a análise horizontal permite refletir sobre a evolução das contas ao longo de exercícios distintos, transmite a ideia de tendência futura, relacionando cada conta da demonstração financeira com sua equivalente de exercícios anteriores. Vale ressaltar que a análise horizontal complementa a análise vertical, uma vez que a primeira informa o aumento ou diminuição da proporção de uma determinada rubrica em relação ao valor total, mas, no entanto, não deixa claro se essa variação fora derivada de aumento ou da diminuição do valor considerado (TOBIAS. 2012, p. 7).

Desta forma, cabe destacar que os resultados obtidos através da análise horizontal devem ser criteriosamente interpretados, uma vez que os maiores percentuais obtidos nesta fórmula podem não ser os mais significativos em relação à demonstração financeira como um todo.

Assim, conforme orienta Tobias (2012, p. 3) “É recomendável que ambas as análises (vertical e horizontal) sejam usadas em conjunto. De fato, ambas devem ser entendidas como uma única técnica de análise.” Por isso fica claro que estas duas análises devem ser elaboradas de maneira conjunta, verificando-se sempre o grau de importância e significância que uma exerce sobre a outra e, por consequência, sobre a conclusão dos valores da empresa.

1.6 ANÁLISE FUNDAMENTALISTA

A análise fundamentalista é peça essencial de um modelo criterioso de análise dos fundamentos micro e macroeconômicos e no comportamento econômico-financeiro que serve como instrumento para a tomada de decisão tanto interna ou externa à empresa. Sua relevância consiste em garantir para o usuário da análise um maior nível de informação e retratação da realidade econômica da empresa que se refletirá posteriormente na obtenção do

valor intrínseco, permitindo-o um maior grau de conhecimento estratégico, financeiro, contábil e projetivo do negócio.

A análise fundamentalista procura identificar as causas que explicam as variações nos preços das ações (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2002), utilizando as demonstrações contábeis como uma de suas principais fontes informativas, das quais são extraídas informações sobre a liquidez, a rentabilidade, o endividamento, os níveis de atividade operacional, dentre outras. Tais informações são utilizadas para previsão de resultados, de oferta e demanda, da força da indústria, da capacidade gerencial e de outras questões que afetam o valor de mercado e o potencial de crescimento de uma ação (THOMSETT, 1998). Ao disponibilizar esses dados para análise, a contabilidade desempenha o papel de contestadora de crenças especulativas, buscando ancorar o investidor aos fundamentos da empresa (PENMAN, 2003).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Conceitualmente, conforme esclarecem Lakatos e Marconi (1987, p. 65), pode-se dizer que metodologia é a forma pela qual se desenvolveu o trabalho de pesquisa. É o detalhamento do tipo de pesquisa e dos instrumentos utilizados.

Por definição etimológica do termo, tem-se que a palavra metodologia origina-se do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo. Desta forma, seria a aplicação do método através das técnicas e o método, por sua vez, é o caminho ordenado e sistemático, a orientação básica para se chegar a um fim e técnica é a forma de aplicação do método, que representa a maneira de atingir um propósito bem definido (FACULDADE EÇA DE QUEIRÓS. 2012, p.2). A partir disso, para a realização deste trabalho, utilizou-se diversificadas metodologias, como a Pesquisa Bibliográfica, a Pesquisa Documental, Pesquisa Exploratória, Pesquisa Descritiva e o Estudo de Caso, visando proporcionar maior familiaridade com os problemas levantados, com vistas a torná-los explícitos.

Pode-se dizer que a Pesquisa Bibliográfica consiste em conhecer as diferentes contribuições científicas sobre determinado tema e que, segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 66), a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado em livros, enciclopédia, revistas, jornais, folhetos, boletins, monografias, teses, dissertações e material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o todo o material já escrito sobre o mesmo. Já a Pesquisa Documental é a que efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego de informações retiradas de material gráfico e

sonoro e que, conforme Lakatos e Marconi (1996, p. 57) tais informações são provenientes de órgãos que a as realizaram e englobam todos os materiais escritos ou não. Podem ser encontrados em arquivo públicos e particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas órgãos oficiais e particulares.

Lakatos e Marconi (1996, p. 57) esclarecem que Pesquisa Exploratória caracteriza-se por ser o passo inicial de uma investigação, contribuindo assim com o embasamento para realizar posteriores pesquisas, pela experiência e auxílio que traz. No entanto, limita-se a definir objetivos e buscar maiores informações e idéias novas sobre o tema em questão, familiarizando-se com ele. A Pesquisa Descritiva tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito de seu conteúdo. Limita-se na coleta de dados, seja através de amostras ou da universalidade das informações existentes. Na pesquisa descritiva não há interferência do investigador, que apenas procura perceber, com o necessário cuidado, a frequência com que o fenômeno acontece. É importante que se faça uma análise completa desses questionários para que se chegue a uma conclusão (LAKATOS, MARCONI.1996, p. 58).

Por fim, o Estudo de Caso, conforme informam Lakatos e Marconi (1996, p. 59) é a atividade de coletar e analisar informações sobre um determinado indivíduo, família, grupo, comunidade ou instituição, a fim de estudar aspectos variados de seu dia a dia, de acordo com o assunto da pesquisa. Para a execução deste artigo, utilizou-se a internet, pesquisas bibliográficas, análises e levantamento de informações, assim como a realização de um estudo de caso. Foi aplicado um questionário em uma corretora de médio porte onde o diretor cedeu espaço para responder questões e auxiliar na pesquisa.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS

Foi aplicado um questionário em uma corretora de médio porte onde o diretor cedeu espaço para responder questões e auxiliar na pesquisa. De acordo com os resultados obtidos, registra-se que 20% das pessoas que trabalham na corretora possuem formação acadêmica em contabilidade, sendo esse percentual inferior ao de formados em administração e economia. Observou-se que a análise fundamentalista é empregada sob um cenário de investidores de longo prazo, implicando em um perfil específico que geralmente dispõe de mais tempo para análise, haja vista que se comparado a análise técnica, onde os resultados são interpretados dos gráficos e indicadores especulativos voltados a day traders, que visam retorno no curtíssimo prazo.

No mercado financeiro, os índices mais utilizados pelos analistas da corretora são preço/lucro que é o número de anos que se levaria para reaver o capital aplicado na compra de uma ação, pelo recebimento do lucro gerado por uma empresa. O EBIT mostra qual é o preço da ação em relação ao seu resultado. A sigla em inglês que significa Earnings Before Interest and Taxes. Em português, a tradução seria: Lucro antes de juros e impostos. O EBIT pode ser considerado uma aproximação do lucro operacional da companhia. Em outras palavras, é o lucro obtido pela empresa com a sua atividade fim, ou atividades principais. Utiliza-se também o VPA, ou Valor Patrimonial por Ação, corresponde ao valor do patrimônio líquido de uma empresa dividido pela sua quantidade de ações. ROE e ROI que são respectivamente: o retorno sobre o capital que os sócios injetaram na empresa e retorno do investimento, onde é possível saber quanto dinheiro a empresa está ganhando (ou perdendo) com cada investimento realizado.

Notadamente, as implicações geradas pela interpretação das demonstrações contábeis são de grande valor para as sugestões da corretora que sempre procura dar uma sólida justificativa para seus produtos. O diretor possui formação em contabilidade pela PUC-PR e relata que existem cada vez mais contadores interessados em fazer carreira na bolsa de valores, e que esta nova safra de profissionais traz grandes benefícios na renovação da profissão, que carece muito de pessoal qualificado e especializado. Ele garante que a tecnologia influenciará muito no futuro dos analistas da bolsa, mas que dificilmente conseguirá ter a expertise de uma pessoa com experiência na bolsa, haja vista que a análise de uma ação, seja ela qual for, pede muito mais que conhecimento em números e estratégias de marketing de novos lançamentos, mas demandam um saber que ele denomina “global” onde deve-se levar em conta a política do país onde determinada empresa está situada, a cultura dos trabalhadores daquela empresa e até mesmo desastres naturais podem influenciar em valores para os acionistas. Somando todas estas variáveis ele julga que o futuro da contabilidade voltada ao mercado de capitais será mais prático e modernizado, mas sem deixar que o ser humano seja a peça principal que tomará todas as decisões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que se propões este artigo, que é esquadrihar o futuro da contabilidade, logrou-se com êxito a tarefa de compreender a situação do contador perante a bolsa de valores, especialmente quando a projetamos para o futuro, pois a partir da experiência do entrevistado que proveu um enriquecimento para este artigo, foi possível assimilar que o processo de evolução tecnológica acompanha o homem desde sempre, e que a perícia do

profissional sempre dominou os rumos obliterados dos avanços científicos. Contudo, a contabilidade como ciência deve se dispor a deixar-se evoluir, congregando valores modernos em suas práticas e agilizando os processos de decisão de seus usuários, para isso o novo corpo de profissionais que está adentrando ao mercado deve se opor aos velhos valores e se apegar ao moderno e prático, principalmente em um cenário dinâmico como o mundo dos investimentos.

REFERÊNCIAS

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Pesquisa. In: Técnica de Pesquisa**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Alessandro. **VPA – Valor Patrimonial da Ação**. 2009. Disponível em: <<http://iniciantenabolsa.com/serie-analise-fundamentalista-2-vpa-e-pvp/>>. Acesso: 06/09/2019.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: Fundamentos e Técnicas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL COSIF ELETRÔNICO. **Análise de Balanço. 2012**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=analisebalanco>>. Acesso: 06/09/2019.

RUDGE, Luiz Fernando; CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais. Belo Horizonte**. CNBV, 1998.

TOBIAS, Afonso Celso B. **Como Elaborar e Interpretar uma Análise Vertical e Horizontal das Demonstrações Financeiras**. 2012. Disponível em: <<http://www.expresstraining.com.br/index.php?page=invite>>. Acesso: 06/09/2019.

VOGEL, H. L. **Financial marketbubbles and crashes**. Cambridge University Press, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

APÊNDICE I

Caríssimo diretor, meu nome é _____, sou aluno finalista do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Amazonas e estou realizando uma pesquisa que faz parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor _____. Temos o objetivo de analisar o futuro da contabilidade no mercado de capitais.

Gostaríamos de convidá-lo a participar do referido estudo, respondendo às seguintes questões:

1. A corretora aplica a análise fundamentalista em suas sugestões de investimento?
2. Qual a formação acadêmica dos analistas da corretora?
3. Em sua expertise, qual sua opinião a respeito do futuro dos profissionais da contabilidade no mercado de capitais?
4. Quais índices são considerados mais relevantes durante a análise de uma empresa?

A relevância dos profissionais da contabilidade no mercado de capitais em uma corretora de investimentos em São Paulo